

A INCLUSÃO DE SURDOS: UMA REFLEXÃO SOBRE A EDUCAÇÃO BILÍNGUE, DIVERGÊNCIAS E PENSAMENTOS EM RELAÇÃO AO PROCESSO EDUCACIONAL

THE INCLUSION OF DEAF: A REFLECTION ON BILINGUAL EDUCATION, DIVERGENCES AND THOUGHTS ON THE EDUCATIONAL PROCESS

Roseane Cristina Silva *
roseanecristina@gmail.com

* Centro Universitário Geraldo di Biase, Volta Redonda/RJ, Brasil

Resumo

O presente trabalho se refere à inclusão de alunos surdos durante seu período escolar. Esse trabalho contempla uma entrevista com surdos sobre suas impressões acerca da inclusão. Apresentaremos aqui algumas das dificuldades enfrentadas pelos mesmos durante a sua trajetória escolar, de maneira que esta pesquisa possa possibilitar uma reflexão sobre educação bilíngue e também sobre as divergências e pensamentos que ainda estão postos em relação ao processo educacional. Acreditamos que esse trabalho possa ser motivação para novas pesquisas acerca de mudanças no processo educacional de indivíduos surdos em prol de uma inclusão que promova um espaço linguístico que fomente nesses alunos a aquisição de uma linguagem e cultura surda, atendendo-os em suas particularidades.

Palavras-chave: Inclusão, LIBRAS, Surdos.

Abstract

This present work refers to the school inclusion of deaf students during the normal scholarship period. This work includes an interview with deaf people about their impressions concerning the inclusion. We will explain some difficulties that they face during their school careers, in a way that this research may lead to a reflection about bilingual education and about the divergences and opinions that still exists toward the educational process. We believe that this work can be a motivation to new researches about changes in educational process of deaf people to help achieve a inclusion that promotes a linguistic environment that which promotes to this students the acquisition of an culture and deaf language, takin account of their specifics characteristics.

Keywords: Inclusion, LIBRAS, Deaf people.

INTRODUÇÃO

O presente estudo se refere a educação e a inclusão do aluno surdo. O interesse se justifica em função das particularidades quanto à efetivação dessa inclusão. O objetivo é analisar como se oportuniza a inclusão de alunos surdos na escola regular do ensino fundamental, além de promover uma reflexão sociocultural sobre a problemática que envolve a inclusão desses alunos e sua primeira língua – Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), assim apresentaremos as dificuldades enfrentadas pelos mesmos durante a sua trajetória escolar, com vistas que esta pesquisa possa possibilitar uma discussão sobre as divergências e pensamentos que ainda estão postas em relação ao processo educacional.

Como Skliar aponta:

Foram mais de cem anos de práticas de tentativa de correção, normalização e de violência institucional, [...] pois as instituições requeriam uma capacidade para controlar, separar e negar a existência da comunidade surda, da língua de sinais, das identidades surdas e das experiências visuais, que determinam o conjunto de diferenças dos surdos em relação a qualquer outro grupo de sujeitos. (2016, p.7)

Dando continuidade, o mesmo autor vem destacar que:

Estão mudando são as concepções sobre o sujeito surdo, as descrições em torno da sua língua, as definições sobre as políticas educacionais [...] (2016, p. 7)

Em relação ao uso da palavra “surdo”, ou “Surdo” com letra maiúscula como alguns autores citam, são pessoas que possuem a Língua de Sinais como sua língua materna, possuem uma cultura e identidade. Valorizam sua história, arte e literatura. Não gostam do termo deficiente auditivo, pois não se consideram deficientes.

Esta pesquisa não trata apenas do surdo homem, branco, de classe média, daquele que tem uma família que o apoia, e que conhece seus direitos linguísticos e de cidadania, mas vamos abordar também os surdos das classes populares, daqueles que tem uma família que não aceita a surdez desse indivíduo e não o apoia. Pois todos esses tem o direito à inclusão, uma escola que respeita sua cultura, sua identidade e língua.

Quanto a organização, este estudo está dividido em três capítulos. No primeiro, fala-se sobre educação e o aluno surdo, trazendo diferenças entre a surdez e a deficiência auditiva, passando para definição de Língua e Linguagem. O próximo capítulo, é apresentada a história da Língua de Sinais no Brasil – LIBRAS, e as filosofias educacionais para alunos surdos. Em seguida, apresenta-se a metodologia deste trabalho. A conclusão fecha o trabalho.

EDUCAÇÃO E O ALUNO SURDO

Atualmente, a educação tem finalidades mais complexas do que anos atrás, pois antigamente, haviam escolas especializadas para cada área da deficiência. O aluno surdo tinha um espaço educacional, onde se tinha contato com seus pares.

Hoje com a inclusão, a criança surda é inserida em uma classe regular e isso não é uma simples tarefa, principalmente nas séries iniciais do ensino fundamental, pois este é o período em que os alunos são alfabetizados.

Diante desse contexto, Skliar aponta:

Pode se dizer que a educação dos surdos parece se encontrar hoje diante de uma encruzilhada. Por um lado, manter-se ou não dentro de paradigmas da educação especial reproduzindo o fracasso da ideologia dominante – movimento de tensão e ruptura entre educação especial e a educação para surdos. Por um lado, aprofundar as práticas e os estudos num novo campo conceitual, os Estudos Surdos, quebrando assim a sua dependência representacional com a educação especial [...]”. (2016, p.11)

Pois o aluno surdo ao entrar numa escola regular, se depara com muitas dificuldades que não favorece a aquisição da sua Língua, a maioria das vezes chega sem conhecer LIBRAS, porque sua família desconhece, não proporcionando assim um ambiente linguístico, passando essa função para escola. E ao chegar nesse espaço educacional, também encontram professores que não conhecem e não dominam LIBRAS; professores que não estão preparados para alfabetizar crianças surdas; falta de intérprete de LIBRAS; a maioria dos alunos da turma são ouvintes e nesse ambiente não há interação entre surdos x ouvintes; além de uma adaptação curricular inadequada.

Para que haja a inclusão destes alunos é necessária uma adaptação curricular que vá de encontro as suas necessidades, é importante métodos e técnicas adequadas para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno surdo, levando em consideração a especificidade do surdo. Refletindo sobre esse processo, Martins afirma:

O processo educativo inclusivo traz sérias implicações para os docentes e para as escolas, que devem centrar-se na busca de rever concepções, estratégias de ensino, de orientação e de apoio para todos os alunos, a fim de que possam ter suas necessidades reconhecidas e atendidas, desenvolvendo ao máximo as suas potencialidades. Para tanto, requer-se, especialmente, uma efetiva preparação de profissionais de educação, que proporcione um contínuo de desenvolvimento pedagógico e educacional, que resulte numa nova maneira de perceber e atuar com as diferenças de todos os alunos em classe. Preparação que os faça conscientes não apenas das características e potencialidades dos seus alunos, mas de suas próprias condições para ensiná-los em um ambiente inclusivo, assim como da necessidade de refletirem constantemente sobre a sua prática, a fim de modificá-la quando necessário. (2008, p. 19)

Com muita propriedade no assunto, Skliar afirma:

Todas as crianças surdas podem adquirir a língua de sinais, desde que participem das interações cotidianas com a comunidade surda, como acontece com qualquer outra criança na aquisição de uma língua natural (2016, p. 27)

O mesmo autor aponta em seu livro que essas crianças tem direito de participar da comunidade surda, ter contato com seus pares para assim ter aquisição de sua língua, conhecer sua identidade e se reconhecer como Surdo.

“As crianças surdas têm o direito a sua entrada nessa comunidade e nesses processos culturais, sem nenhum condicionamento. E as políticas linguísticas, do conhecimento, das identidades, etc., são uma parte indissolúvel dessas potencialidades ou direitos”. (2016, p. 29)

A realidade vivida hoje nas escolas de ensino fundamental, não proporcionam esse ambiente de interação, pois o aluno é recebido por um professor ouvinte que raramente conhece LIBRAS, ou pouco conhece essa língua, e não consegue se comunicar com esse aluno surdo, precisando sempre da ajuda de um intérprete. Isto se dá justamente quando a criança tem seus primeiros contatos com um grupo social mais amplo, quando inicia sua vida escolar.

Este ambiente é desfavorável a sua aprendizagem, pois não poderá haver inclusão eficaz, visto que a criança surda é como um estrangeiro que chega a um país distante, sem conhecer o modo de vida e a língua das pessoas. A comunicação é precária, quase impossível em um primeiro momento e em nada favorecerá a aprendizagem dessa criança.

Mesmo com todas essas dificuldades encontramos professores e escolas que se empenham em proporcionar ao surdo um ensino adequado e de qualidade. Há ainda aqueles professores que não conhecem a metodologia de ensino que melhor atende ao surdo e desconhecem que o ensino de português deve ser sua segunda língua. Abordaremos esse assunto mais adiante.

Para Skliar:

As potencialidades, os direitos educacionais aos quais faço referência, são: a potencialidade da aquisição e desenvolvimento da língua de sinais como primeira língua; a potencialidade de identificação das crianças com seus pares e com adultos surdos; a potencialidade do desenvolvimento de estruturas, formas e funções cognitivas visuais; a potencialidade de uma vida comunitária e de desenvolvimento de processos culturais específicos e, por último, a potencialidade de participação dos surdos no debate linguístico, educacional, escolar, de cidadania, etc. (2016, p. 26)

Em uma sala de aula onde o aluno surdo tem um professor também surdo, além da mesma forma de comunicação, ambos possuem identidade surda, e isso contribui para a harmonia entre eles. O ambiente passa a ser um lugar de ricas trocas de conhecimentos, ocorrendo de forma natural, além do aluno se identificar e ter o professor como um modelo de adulto surdo. Assim fica natural a aquisição de sua língua a LIBRAS e quando o indivíduo tem o domínio de sua língua por consequência ele é um ser atuante na sociedade.

SURDEZ E DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Como esse trabalho se refere à inclusão da pessoa surda, precisamos conceituar quem é o surdo e quem é a pessoa com deficiência auditiva, pois há diferenças entre eles.

O deficiente auditivo é aquela pessoa que não utiliza como meio de comunicação a Língua de Sinais, que não se identifica com a cultura e a comunidade surda. Geralmente, é oralizado. De acordo com a classificação médica, a deficiência auditiva é classificada em perda auditiva de grau leve, moderado, severo ou profundo, em um ou ambos os ouvidos.

De acordo com referencial do Ministério da Educação e Cultura (MEC) sobre a deficiência auditiva, ela pode ser classificada em:

Grau de Deficiência	Perda em dB (decibéis)
Normal	0 a 15
Leve	16 a 40
Moderada	41 a 55
Moderada Severa	56 a 70
Severa	71 a 90
Profunda	+ de 90

Fonte: MEC, 1997, pág. 47

Do ponto de vista educacional e com base na classificação do Bureau International d' Audiophonologie – BIAP, e na Portaria Interministerial nº 186 de 10/03/78, considera-se:

Portador de surdez leve – aluno que apresenta perda auditiva que até quarenta decibéis. Essa perda impede que o aluno perceba igualmente todos os fonemas da palavra. Além disso, a voz fraca ou distante não é ouvida. Em geral, esse aluno é considerado como desatento, solicitando, frequentemente, a repetição daquilo que lhe falam.

Portador de surdez moderada – aluno que apresenta perda auditiva entre quarenta e setenta decibéis. Esses limites se encontram no nível da percepção da palavra, sendo necessário uma voz de certa intensidade para que seja convenientemente percebida. É frequente o atraso de linguagem e as alterações articulatórias, havendo, e alguns casos, maiores problemas linguísticos. Esse aluno tem maior dificuldade de discriminação auditiva em ambientes ruidosos.

Portadores de surdez severa – aluno que apresenta perda auditiva entre setenta e noventa decibéis. Este tipo de perda vai permitir que ele identifique alguns ruídos familiares e poderá perceber apenas a voz forte, podendo chegar até quatro ou cinco anos sem aprender a falar. Se a família estiver bem orientada pela área educacional, a criança poderá chegar a adquirir linguagem. A compreensão verbal vai depender, em grande parte, de aptidão para utilizar a percepção visual e para observar o contexto das situações.

Portador de surdez profunda – aluno que apresenta perda auditiva superior a noventa decibéis. A gravidade dessa perda é tal, que o priva das informações auditivas necessárias para perceber e identificar a voz humana, impedindo-o de adquirir naturalmente a linguagem oral. (MEC, 1997, p. 53-54)

Sobre as terminologias, ainda é importante esclarecer, quando falamos o termo “Surdo”, é comum ouvir a expressão "Surdo-Mudo", durante muito tempo esse termo foi utilizado. Porém, o que poucos sabem é que esta é uma ideia equivocada, e que necessita de esclarecimentos pois atualmente esse termo não é mais utilizado. Pessoa Muda é aquela que não faz uso do seu aparelho fonador, que tem problema nos órgãos e estruturas que produzem os sons da fala. O ponto é que a “Mudez” não está relacionada com a "surdez". São minoria os surdos que também são Mudos.

LÍNGUA E LINGUAGEM

Outro conceito que é preciso ser apresentando, pois estamos falando sobre surdo, é Língua, Linguagem e fala, estudando sobre surdez esses tomam significados diferentes.

Como Baggio aponta:

A língua é um fenômeno social. Ela só se realiza ligada histórica e culturalmente a uma comunidade de usuários. Não existe língua se não existirem os sujeitos da língua. Isso significa que aprender uma língua vai além do aprender o conjunto de regras que a rege, aprender uma língua é mergulhar no espaço em que ela vive”. (2009, p.11)

Goldfeld diz que Saussure é o pai da linguística e define esses termos assim:

Linguagem é formada pela língua - sistema de regras compostas por elementos significativos inter-relacionados - e pela fala. A língua é o aspecto social da linguagem pois é compartilhada por todos falante de uma comunidade e objeto de estudos da Linguística, e a fala o aspecto individual da linguagem com características individuais, e esta não foi objeto de seus estudos. Sausurre separa a língua, a fala, o social e o individual.” (Goldfeld, apud Saussure, 2002, p. 17)

Diferenciando linguagem de fala podemos dizer que a linguagem sentido mais amplo é uma função de se comunicar e de passar um pensamento de várias formas, como por exemplo, dança, símbolos e outros, já a fala é linguagem em ação é forma que temos de interagir e se comunicar.

Então podemos dizer que estamos rodeados por linguagem verbal e não verbal

Veloso e Maia menciona:

Pesquisas sobre a LIBRAS vêm sendo desenvolvidas, mostrando que esta língua é comparável em complexidade, expressividade e possui uma estrutura gramatical própria como quaisquer outras línguas orais, porém, utiliza-se de outro canal comunicativo, isto é, a visão ao invés da audição (2011, p. 13)

Skliar também escreve sobre a LIBRAS mostrando que é uma língua reforçando assim a ideia de Veloso e Maia:

“Numerosas pesquisas já têm demonstrado que a língua de sinas cumprem com todas as funções descritas para as línguas naturais”. (2016, p. 24)

O autor Skliar ainda destaca que:

Sabe-se que a Língua de Sinais Americana (ASL) é a terceira língua maior uso dentro dos Estados Unidos. Mas, terá essa língua o mesmo status social, acadêmico, linguístico, que o espanhol, o chinês, o francês? Será que aquilo que é linguisticamente muito utilizado em um determinado país também é politicamente mais reconhecido/considerado?. (Skliar, 2016, p. 23)

Ainda sobre o mesmo assunto, Skliar escreve:

[...] A linguagem possui uma estrutura subjacente independente da modalidade, seja essa auditivo-oral ou visuogestual. Desse modo, a língua oral e a língua de sinais não constituem uma oposição, mas sim, canais diferentes para a transmissão e a recepção da capacidade mental da linguagem. Mesmo agora, quando numerosas pesquisas já têm demonstrado que as línguas de sinais cumprem com todas as funções descritas para as línguas naturais, ainda persiste e chama a atenção a sua desvalorização o seu tratamento como mescla de pantomima e de sinais icônicos [...]”. (2016, p.24)

Todas as citações acima vêm reforçar a ideia que LIBRAS é uma língua, da qual trataremos no capítulo seguinte.

LIBRAS

A Lei 10.436/02 dispõe:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Como mencionada na legislação, LIBRAS é uma língua reconhecida no nosso território e por isso, deve ser garantido ao aluno surdo o ensino mediante sua língua.

Conhecer a história dos surdos, as filosofias educacionais, a história da educação inclusiva, sua trajetória de dificuldades e conquistas até chegar nos dias de hoje é importante para contextualizar e conseguirmos analisar criticamente as práticas educacionais atuais.

De acordo com Veloso e Maia:

Fundou-se no Rio de Janeiro a primeira escola para surdos no Brasil, o Instituto da Educação dos Surdos (INES) em 26 de setembro de 1987 (...), o alfabeto manual, de origem francesa, foi difundido pelos próprios alunos do INES, naquela época os pais traziam os alunos surdos para o Rio vindos de todas as partes do Brasil (...), em 1875 um ex-aluno do INES Flausino José da Gama aos 18 anos publicou “Iconografia dos Sinais

dos Surdos, ou seja, a criação dos símbolos o primeiro dicionário de língua de sinais do Brasil. (2011, p. 41)

Dando continuidade a história da educação dos surdos no Brasil, Almeida:

A data de fundação do Instituto era considerada 1 de janeiro de 1856, mas a alteração deu-se em decorrência do Império ter passado a subvencionar o Instituto, daí sua data comemorativa passar a ser 26 de setembro de 1857. Nesse ano, E. Huet, professor surdo francês, personagem importante na história da educação dos surdos, apresentou ao Imperador D. Pedro II uma carta cujo conteúdo revela o interesse na criação de um estabelecimento para surdo. (2014, pág. 23)

Goldfeld escreve em seu livro sobre a figura do surdo na antiguidade:

A ideia que a sociedade fazia sobre os surdos, no decorrer da história, geralmente apresentava apenas aspectos negativos. Na antiguidade os surdos foram percebidos de formas variadas: com piedade e compaixão, com pessoas castigadas pelos deuses ou como pessoas enfeitiçadas, e por isso era abandonados ou sacrificados. (2002, p. 27)

A mesma autora destaca:

A crença de que o surdo era uma pessoa primitiva fez com que a ideia de que ele não poderia ser educado persistisse até o século XV. Até aquele momento eles viviam totalmente à margem da sociedade e não tinham nenhum direito assegurado.” (2002, p. 28)

Diante de todo esse contexto histórico podemos perceber quantas barreiras e dificuldades o surdo enfrentou e venceu para conquistar uma língua, uma cultura, direitos e leis, para que hoje tenha oportunidade de estudar, de ingressar no mercado de trabalho, mesmo ainda tendo suas dificuldades.

FILOSOFIAS EDUCACIONAIS PARA ALUNOS SURDOS

Durante muitos anos houve uma discussão sobre qual filosofia educacional para alunos surdos é a melhor, podemos dizer que até hoje existe, mas para entendermos a inclusão da pessoa surdo faz necessário compreendermos os processos educacionais que perpassaram a educação dos surdos até chegar na perspectiva que temos hoje.

Como Goldfeld aponta:

Atualmente, essas três abordagens convivem no Brasil, e pode-se dizer que todas têm relevância e representatividade no trabalho com surdos. As diferentes abordagens causam muitas discórdias e muitos conflitos entre os profissionais que as seguem. Podemos perceber que no decorrer da história essas divergências sempre ocorreram, e que em dois momentos, nos anos 1750 e 1880, as diferentes metodologias foram colocadas em discussão, definindo uma abordagem considerada a melhor e que, conseqüentemente, deveria ser utilizada em todas as Instituições. (2002, p. 33)

As Filosofias educacionais da educação dos surdos passam por três marcos durante a história: o Oralismo, a Comunicação Total e o Bilinguismo.

ORALISMO

Como Goldfeld aponta:

O mais importante defensor do Oralismo foi Alexander Graham Bell, o célebre inventor do telefone, que exerceu grande influência no resultado da votação do congresso Internacional de Educadores de Surdos, realizado em Milão, no ano de 1880. Nesse congresso, foi colocado em votação qual método deveria ser utilizado na educação dos surdos. O Oralismo venceu e o uso da língua de sinais foi oficialmente proibido. É importante ressaltar que os professores surdos foram negado o direito de votar.” (2002, pág. 31)

De acordo com Veloso e Maia:

“O congresso de Milão – império oralista, esse congresso não discutiu diretamente métodos de ensino para pessoas surdas. O interesse era reafirmar a necessidade de substituição da língua de sinais pela língua oral nacional e assim foram retomados velhos princípios de Aristóteles que dizia “... a fala viva é o privilégio do homem, o único e correto veículo do pensamento, a dádiva divina, da qual foi dito verdadeiramente: a fala é a expressão da alma, como a alma é expressão do pensamento divino”. Foram colocados as vantagens da fala e abolidos completamente os sinais, a língua de sinais em todas as suas formas foi proibida oficialmente.” (2011, pág. 45)

O Oralismo tem como objetivo a integração da criança surda na comunidade de ouvintes, visando oferecer condições para essa criança desenvolver a língua oral e não utilizar assim a língua de sinais.

Skliar aponta:

“Que o ouvintismo é um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e narrar-se como se fosse ouvinte”. (2016, p. 15)

Goldfeld também fala sobre esse objetivo:

“[...] Naquele momento acreditava-se que o surdo poderia desenvolver-se como os ouvintes aprendendo a língua oral. O aprendizado dessa língua passa a ser o grande objetivo dos educadores dos surdos.” (2002, p. 31)

Lorenzini fala:

“[...] uma deficiência que deve ser minimizada através da estimulação auditiva. Esta estimulação possibilitaria a aprendizagem da língua portuguesa e levaria a criança surda a integrar-se na comunidade ouvinte e desenvolver uma personalidade como a de um ouvinte. Ou seja, o objetivo do Oralismo é fazer uma “reabilitação” da criança surda em direção à “normalidade”, à “não-surdez”. A criança surda deve, então, se submeter a um processo de reabilitação que se inicia com a estimulação auditiva precoce, que consiste em aproveitar os resíduos auditivos que os surdos possuem e capacitá-las a discriminar os sons que ouvem. Através da audição e, também a partir das vibrações corporais e da leitura oro-facial, a criança deve chegar à compreensão da fala dos outros e, finalmente, começar a oralizar”. (2004, p.15)

Estudiosos perceberam que essa metodologia de educação não atendia as necessidades da comunidade surda, querendo impor a comunicação oral. Surge assim, outra filosofia, a comunicação total.

COMUNICAÇÃO TOTAL

Surge em 1960 e defende a utilização de qualquer recurso linguístico, privilegiando a comunicação. Qualquer tipo de comunicação é relevante: Língua de sinais, fala, leitura facial, alfabeto manual e escrita. Não utiliza a LIBRAS de forma plena.

Segundo Goldfeld:

[...] grande insatisfação por parte dos educadores e dos surdos com o método oral, deram origem à utilização da língua de sinais e de outros códigos manuais na educação da criança surda. Naquela década, Dorothy Schifflet, professora e mãe de surdo, começou utilizar um método que combinava a língua de sinais em adição à língua oral, leitura labial, treino auditivo e alfabeto manual. (2002, p. 31)

De acordo Baggio:

A comunicação Total é uma proposta flexível no uso de meios de comunicação oral e gestual. Consolida-se mais como filosofia do que como um método de educação. (...) Enfatiza que as línguas de sinais e as línguas orais são línguas autênticas, equivalentes em níveis de qualidade e importância. Privilegia a comunicação e a interação e não apenas a língua (ou línguas). (2009, p. 53)

A Comunicação Total foi bastante importante, pois o Oralismo tinha restringido a comunicação impondo uma única forma do surdo se comunicar que era a fala oral e a Comunicação Total vem para estabelecer uma comunicação mais eficaz, deixando o indivíduo surdo expor suas ideias, inquietações de forma natural, uma comunicação podendo utilizar da língua de sinais, a fala, alfabeto manual e a escrita. Porém, a Língua de Sinais ainda não era utilizada com sua forma plena, surge com isso, uma nova metodologia educacional, o Bilinguismo.

BILINGUISMO

Segundo Goldfeld:

A partir da década de 1970, em alguns países como Suécia e Inglaterra percebeu-se que a língua de sinais deveria ser utilizada independentemente da língua oral. Ou seja, em algumas situações o surdo deve utilizar a língua de sinais e, em outras, a língua oral e não as duas concomitantemente como estava sendo feito. Surge então a filosofia bilíngue, que a partir da década de 1980, e mais efetivamente na década de 1990, ganha cada vez mais adeptos em todos os países do mundo". (2002, p. 32)

Esta filosofia surge priorizando a língua de sinais, considerando ela a única língua que possibilita o surdo a dominá-la plenamente, então o surdo deve ser bilíngue, ou seja, ele tem a língua de sinais como sua primeira língua e a língua do seu país como sua segunda língua.

De acordo Goldfeld:

Os autores ligados ao bilinguismo percebem o surdo de forma bastante diferente dos autores oralistas e da Comunicação Total. Para os bilinguistas, o surdo não precisa almejar uma vida semelhante ao ouvinte, podendo aceitar e assumir sua surdez." (2002, p. 42)

Segundo Carlos Skliar:

[...] não defino a educação bilíngue para surdos como o desenvolvimento de habilidades linguísticas em duas ou mais línguas, como é comum definir quando se fala de crianças e/ou adultos ouvintes. Refiro-me a uma dimensão psicológica da educação bilíngue, vale dizer, ao direito que têm as crianças que utilizam uma língua diferente da língua oficial de serem educadas na sua língua (UNESCO, 1954).

Ainda o mesmo autor:

Além das crianças surdas possuírem a potencialidade da aquisição da língua de sinais, elas têm o direito de se desenvolverem numa comunidade de pares, e de construir estratégias de identificação no marco de um processo sócio-histórico não fragmentado não fragmentado, nem cerceado (Skliar, 2016, p. 27)

Muitos educadores e pesquisadores hoje defendem a educação bilíngue e a importância de que as crianças surdas iniciem sua escolarização junto a outros colegas surdos e com professores que saibam a língua de sinais. E, sempre que possível, que seus professores também sejam surdos, pois além de usuários naturais da língua de sinais, eles serão referenciais significativos para a constituição de identidades que se reconheçam como diferentes, não como deficientes e inferiores aos ouvintes. Como destaca Skliar:

As potencialidades, os direitos educacionais aos quais faço referência são: a potencialidade da aquisição e desenvolvimento da língua de sinais como primeira língua; a potencialidade de identificação das crianças com seus pares e com os adultos surdos; a potencialidade do desenvolvimento de estruturas, formas e funções cognitivas visuais; a potencialidade de uma vida comunitária e de desenvolvimento de processos culturais específicos e, por último, a potencialidade de participação dos surdos no debate linguístico, educacional, escolar, de cidadania, etc. (2016, p. 26)

O Bilinguismo foi um marco para história da educação dos surdos, pois reconhece a língua de sinais com a primeira língua do surdo permitindo-lhes se comunicarem e serem educados primeiramente em sua língua materna e depois em sua segunda língua.

METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa, que analisa o discurso dos sujeitos em busca de categorias que se liguem ao problema da pesquisa, possibilitando respostas aos seus questionamentos. Para a coleta de dados, foram utilizados questionários com perguntas abertas e fechadas.

Na coleta de informações Ludke diz:

Para se realizar uma pesquisa é preciso promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele. Em geral isso se faz a partir do estudo de um problema, que ao mesmo tempo desperta o interesse do pesquisador e limita sua atividade de pesquisa a uma determinada porção do saber, a qual ele se compromete a construir naquele momento. Trata-se, assim, de uma ocasião privilegiada, reunindo o

pensamento e ação de uma pessoa, ou de um grupo, no esforço de elaborar o conhecimento de aspectos da realidade que deverão servir para a composição de soluções propostas aos seus problemas. (1986, p 1-2)

Foram entrevistados quatro surdos, tanto do sexo feminino quanto do sexo masculino, todos os entrevistados são adultos acima de 20 anos de idade. Todos receberam um código, sendo identificados assim: S1, S2, S3 e S4. As considerações da pesquisadora são sinalizadas com A.

A pesquisa teve início em 25 de março de 2017 e foi concluída em 29 de março de 2017. É importante destacar que as respostas estão transcritas como foram recebidas, sem correções. Como os surdos são alfabetizados na Língua de Sinais, é a partir dessa língua que o pensamento deles é estruturado. Na LIBRAS não há conjugação de verbo, conectivos, e assim se explica a incidência dos erros de português, sendo que essa é sua segunda língua.

ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS COM SURDOS

A primeira pergunta foi: 1.Grau de escolaridade:

Surdo	Grau de escolaridade
S1	Ensino Fundamental
S2	Ensino Médio
S3	Graduação Cursando
S4	Graduação Cursando

A segunda pergunta foi: 2.Durante o seu período escolar, você estudou:

Surdo	Escola especializada/ Escola regular
S1	Escola especializada/ Escola regular
S2	Escola especializada/ Escola regular
S3	Escola especializada/ Escola regular
S4	Escola especializada para surdos

A terceira pergunta foi: 3. Há, em sua escola, intérprete de LIBRAS?

S1: A primeira escola de surdo e ouvinte não tinha intérprete, depois escola só de surdos tinha intérprete.

S2: Não tinha intérprete.

S3: Sim.

S4: Barra do Piraí não tem intérprete, onde trabalho muitos alunos surdos sem intérprete.

A quarta pergunta foi: 4. Ao tirar dúvidas do conteúdo estudado, você vai direto ao professor ou precisa da mediação do intérprete de LIBRAS?

S1: Mediação do intérprete de LIBRAS.

S2: Difícil porque ele sozinho as vezes ficava com dúvida.

S3: Ele pergunta para o interprete, e depois o interprete pergunta para o professor e o professor explica junto.

S4: Primeiro pergunta para o intérprete.

A- O entrevistado S3 relatou que na faculdade, onde ele estuda, tem um professor que não sabe LIBRAS e tem momentos que ele faz explicação da matéria de frente para quadro e assim o aluno surdo que sabe fazer leitura labial não consegue entender a matéria precisando assim da ajuda do intérprete.

A quinta pergunta foi: 5. O que você pensa sobre a inclusão para surdos nas escolas junto com os ouvintes?

S1: No começo é bom turma só de surdos é importante, depois ter contato com ouvintes.

S2: Difícil, por exemplo, tinha relacionamento bom, ninguém tinha preconceito.

S3: Bom, importante pois quando eu estudei até 5º ano só com surdo, depois surdo e ouvinte.

S4: Muito difícil, demora intérprete e intérprete não é tão bom.

A sexta pergunta foi: 6. Você gosta de estudar junto com alunos ouvintes, ou prefere uma escola só para alunos surdos? Por quê?

S1: Só para surdo

S2: Prefere estudar só com surdos, pela comunicação a troca melhor.

S3: Prefere só de surdos

S4: Surdos, só surdo, por causa da comunicação

Através da entrevista, podemos analisar que para acontecer uma inclusão onde o aluno surdo seja atendido em todas as suas necessidades, que sinta parte daquele processo educacional e que ele consiga chegar na faculdade e ter sucesso em sua vida profissional, é preciso que haja mudanças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos através dessa pesquisa que a inclusão oferecida aos alunos surdos da primeira fase do ensino fundamental hoje priva de seus direitos, pois não tem assegurado na prática um desenvolvimento total da pessoa surda, visto que os alunos estão tendo o primeiro contato com uma língua que é diferente da sua, onde ele não tem contato com seus pares e não consegue se comunicar sem a ajuda de um intérprete. Por isso, cabe aos profissionais da educação como professores, gestores, orientadores e outros, garantir aos alunos surdos a uma educação bilíngue de qualidade, onde ele tenha contato primeiramente com sua língua, LIBRAS. Pois assim poderão ter a oportunidade de ter uma cultura, uma identidade e saber se colocar na sociedade como um cidadão de direitos e deveres.

Analisando os resultados da pesquisa realizada com as quatro pessoas surdas, fica evidente das dificuldades enfrentadas com relação a educação, e que todos entrevistados preferem estudar com seus

pares pois assim poderão se comunicar uns com outros, mas se os ouvintes conhecessem LIBRAS, teriam uma comunicação, e isso seria bom para ambos.

Vale ressaltar que a inclusão de alunos surdos é importante para garantir a participação na sociedade, no entanto, é necessário que mudanças ocorram, a começar pela escola respeitando os direitos linguísticos do aluno surdo, que eles iniciem sua escolarização junto ao seus pares e com profissionais que saibam a língua de sinais, que tenham um intérprete da língua de sinais, além do acesso a LIBRAS como sua primeira língua e a Língua Portuguesa como segunda.

Através de constantes reflexões sobre educação bilíngue, poderá verificar se o desenvolvimento do aluno surdo está acontecendo e assim garantir um nível de educação de qualidade a todos, e acontecer uma verdadeira inclusão, e não apenas uma integração.

Referências

- ALMEIDA, A. O. **A inclusão escolar do aluno surdo:** mudando o enredo da história. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências da Saúde e do Meio Ambiente) - Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, Rio de Janeiro, 2014.
- BAGGIO, M. A, CASA NOVA, M. G. **LIBRAS** / organizado pela Universidade Luterana do Brasil Ulbra. Curitiba: Edi Ibipex, 2009.
- GOLDFELD, Marcia. **A criança surda:** linguagem e cognição numa perspectiva sócio interacionista. 5. ed São Paulo: Plexus Editora, 2002.
- LORENZINI, N.M.P. **Aquisição de um conceito científico por alunos surdos de classes regulares do Ensino Fundamental.** 2004. Dissertação (mestrado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2004.
- LUDKE e ANDRÉ. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.
- MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos (Org.). **Inclusão:** compartilhando saberes. 3. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- MEC, Secretaria de **Educação Especial. Deficiência Auditiva** / organizado por Giuseppe Rinaldi ET AL. Brasília: SEESP, 1997.
- REIS, V.P.F. **A criança surda e seu mundo:** o estado-da-arte, as políticas e as intervenções necessária.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, 1992

SKLIAR, C. **A SURDEZ:** um olhar sobre as diferenças. 8 ed. Porto Alegre: Mediação, 2016.

VELOSO, Éden; MAIA, Valdeci. **Aprenda Libras com eficiência e rapidez.** 5. ed. Curitiba: MãoSinais, 2011.

Recebido em: 25/10/2017

Aceito em: 26/11/2017

Endereço para correspondência:
Nome Roseane Cristina da Silva
Email roseanecristina@gmail.com



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)